

**HISTÓRIA, MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E SERTÕES
NO JORNAL *A PENNA*
(BAHIA, 1897-1930)**

*Byron de Castro Muniz Teixeira**

*Maria Aparecida Silva de Sousa***

RESUMO: O presente trabalho descritivo de cunho quantitativo visa empreender reflexões acerca da difusão cultural realizada a partir do periódico *A Penna* (1897-1930), considerando posicionamentos de João Antônio dos Santos Gumes, proprietário do periódico. Busca-se, portanto, evidenciar a sua importância como difusor da cultura entre os habitantes de uma cidade sertaneja em fins do século XIX. Desse modo, abordamos como seus posicionamentos no periódico possibilitaram criar um lugar de memória sobre o passado desta localidade, ao mesmo tempo em que afirmava sua perspectiva de futuro sobre os rumos da República que acabava de ser instituída.

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Educação, *A Penna*, Caetitê-Bahia, João Gumes.

Em 1897 começou a circular na cidade de Caetitê o jornal *A Penna*. Elaborado, escrito e produzido por João Antônio dos Santos Gumes, o periódico tornou-se um dos maiores instrumentos de comunicação do interior da Bahia, testemunhando as alterações e problemas vivenciados pela população local e nacional nos começos da República do Brasil. O contato com alguns estudos sobre João Gumes e o seu periódico, assim como o acesso aos jornais *A Penna*, da data de sua fundação ao falecimento do seu proprietário em 1930,

* Professor Auxiliar da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Mestre em Memória: Linguagem e Educação pela Uesb.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

ao lado de outras referências, possibilitou uma compreensão mais ampla sobre a importância do jornal para a comunidade local, tanto do ponto de vista político, quanto da preservação de sua memória.¹ Nessa perspectiva, o nosso interesse, ao desenvolver este trabalho, foi o de evidenciar o significado da imprensa, enquanto meio de circularidade de ideias, especialmente nas áreas sertanejas e de construção de uma memória regional por meio da escrita de João Gumes, como então era conhecido.

O jornal *A Penna* não apenas noticiava as ocorrências da localidade entre outros serviços de interesse da população local. Pelo contrário, em suas páginas podiam ser encontradas informações sobre os acontecimentos mundiais, além de trazer escritos literários produzidos pelo próprio Gumes. Nesse sentido, publicava crônicas, romances, em forma de folhetins, contos, poesias e mantinha sua publicação com certa periodicidade. Periódicos como o jornal *A Penna* eram bastantes comuns na segunda metade do século XIX no Brasil e na Bahia. Todavia, o que diferenciava esse jornal dos demais e que merece especial atenção é o seu surgimento em uma área sertaneja distante da capital baiana. Chama atenção, ainda, a abordagem dos diversos problemas enfrentados pelos sertanejos baianos e, mais especificamente, pelos habitantes do Alto Sertão.

O jornal era a fonte principal de informação dos habitantes de Caetité e de localidades próximas cobrindo uma ampla área dos sertões da Bahia, tendo circulado, inclusive, em outras localidades do país, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e no Estado de Minas Gerais.

A questão da memória coletiva

O sociólogo francês Maurice Halbwachs, em seu principal trabalho, ou o que teve maior repercussão, trata especificamente da questão da memória. O trabalho de memória

¹ Boa parte dos números do jornal encontra-se sob os cuidados do Arquivo Público de Caetité (APC), que é responsável pela preservação da obra de João Gumes. Infelizmente, alguns exemplares se perderam e outros estão em estado precário de conservação, dificultando a leitura.

não pode ser percebido, de acordo com o autor, sem que sejam levadas em consideração as especificidades socioculturais e os contextos sociais que estão na base da reconstrução memorialística.

No que diz respeito ao presente trabalho, trata-se de não isolar a imprensa local ou um jornal específico, reduzindo as considerações apenas ao que é dito nele, visto que se faz reverberar um espaço coletivo de agenciamento de memória. Este espaço não pode negligenciar o social, o coletivo, pois a memória de um povo não é individual e as formas como se produz e se modifica com o passar do tempo revela nuances e características que apontam para a coletividade e para elementos social e culturalmente estabelecidos. Sendo assim, não se pode tomar o texto como organismo autossuficiente, visto que ele traz em seu entorno um exterior constituinte, no caso, um exterior de memória que se refere a uma instância coletiva referente a um lugar específico situado no interior baiano.

O livro de Halbwachs foi publicado pela primeira vez em 1950. Para o sociólogo, as reminiscências do passado emergem no presente a partir do estabelecimento de uma comunidade afetiva, haja vista que o reforço da memória se dá a partir de uma constelação de memórias individuais que se entrecruzam, se negam ou se afirmam na coletividade. Pensar em uma memória coletiva é pensar não somente os artefatos de memória como autossuficientes em contextos de rememoração, mas pensar na memória como um organismo multifacetado que vai ao encontro de uma multiplicidade de vozes que se entrecruzam socialmente.

O fato de que podemos rememorar instâncias particulares e estas instâncias podem ser retomadas por outros faz com que resida na memória este caráter de pluralidade. Isso porque não são necessários testemunhos reais para evidenciar uma memória, ou seja, indivíduos presentes efetivamente no presente de forma material e sensível que a corroborem, porque o elemento essencial é a partilha de rememorações entre indivíduos. Assim, mesmo que não estejam presentes é a memória que faz apreender e preservar o outro do passado conosco. Este movimento não é individual, mas coletivamente instaurado, como é o caso de Antonio dos Santos Gumes.

Quando se tem, por exemplo, como acentuaremos mais adiante, a categoria *sertão* como elemento primordial para entendimento da nação no instante de circulação do jornal é porque uma memória instaurada coletivamente percorre e é disseminada por indivíduos que partilham formas de perceber o estado nacional a partir da região em que estiveram localizados histórica e socialmente. Levando em consideração que, para Halbwachs, esquecer é cortar os laços com o passado, deixar de lado uma parte que poderia ser rememorada, esquecer determinado período histórico ou negligenciar estas memórias é também ajudar a tecer gestos de silenciamento de memórias e romper elos, perdendo o contato com aqueles que estiveram um dia presentes.

Apresentados estes pressupostos gerais acerca do conceito de memória coletiva, seguem-se algumas seções que contextualizam o período e a sociedade da época em que os jornais foram veiculados e estiveram em circulação, sobre João Gumes especificamente e o lugar dos registros de memória escritos a partir de textos dele bem como, posteriormente, visam realizar um batimento teórico entre o conceito de memória coletiva (aprofundando um pouco mais o conceito) e o espaço ocupado pelo jornal *A Penna* e por João Gumes. Finalmente, tem-se o desfecho do trabalho com a retomada de alguns elementos importantes para a constituição do mesmo.

Caetité: uma cidade sertaneja

Historicamente Caetité foi um dos principais centros sertanejos da Bahia. Emancipada da Vila de Rio de Contas em 1810, tornou-se um núcleo pujante, política e economicamente, para os padrões do século XIX. Situada “[...] entre Minas Gerais e a Chapada Diamantina, denominada Serra Geral, define-se pelas altitudes elevadas e posição frente à bacia do rio São Francisco” (NEVES, 1998, p. 22), a extensa área possui particularidades nos seus aspectos físico, econômico e cultural e sua ocupação teria se dado, principalmente, em função da pecuária, da mineração e da agricultura. Assim, os sítios localizados próximos à atual cidade de Caetité tiveram um desenvolvimento mais ampliado, tornando a cidade

um núcleo “centralizador” no processo de transformação de toda a região. Mesmo distanciada de Salvador (750 km), a cidade foi responsável pela ligação de várias unidades do interior com a capital principalmente com o fornecimento de mercadorias produzidas nas áreas sertanejas. A movimentação na urbe podia ser dimensionada pela chegada dos tropeiros que “[...] transportavam cortes de tecidos, aguardentes, fumo, adorno para mulheres, livros, correspondência, novidades, levavam também ideias” e a circulação de um jornal evidencia a existência de “[...] práticas de uma cultura urbana, dentro das possibilidades e limites temporais da região” (2011,p.74).

Em tempos de seca, como a ocorrida em fins do século XIX, a população sofria com os altos preços dos alimentos ou a perda das suas culturas. Esta questão aparece de maneira reiterada tanto em variados artigos no jornal *A Penna* como em outros escritos de João Gumes, a exemplo de *O Sampauleiro*, romance no qual se dedica a analisar as condições daqueles que deixavam sua terra (ESTRELA, 2003).Ao que parece, a criação dos correios (1832) foi fundamental para aproximar parentes e amigos separados pela distância entre os sertões baianos e os grandes centros urbanos:

Um dos pontos da Cidade freqüentado pelos Sampauleiros² ou pelos parentes e credores que aqui deixaram é o Correio, onde vão indagar por cartas que para cá escreveram ou que não foram recebidas, as quais muita vez trazem algum pecúlio. No dia de sábado, quando se dá a feira semanal, há enorme concorrência, n’essa repartição, dos lavradores de redor da Cidade, que aproveitam a ocasião para procurarem cartas que esperam de S. Paulo (GUMES,1928,p.138).

Um dos pontos recorrentes no periódico eram as denúncias contra a precariedade das condições de vida das populações sertanejas. O jornal servia como um porta-voz das queixas daqueles que não recebiam a atenção devida das autoridades.Neste contexto, João Gumes utilizava das páginas do jornal para reiterar a importância e valor daquela gente do

²Nome dado por João Gumes em livro homônimo aos habitantes dos Altos Sertões da Bahia que procuraram trabalho em São Paulo. O livro foi publicado em 1922 (vol. I) e 1932 (vol. II), este post-mortem.

sertão. Suas palavras parecem confrontar a visão consagrada desde os primeiros escritos dos colonizadores sobre as áreas sertanejas de que aí seria o local privilegiado dos rebeldes. Como observa Maria Elisa Mader, os sertões precisavam ser ocupados e ordenados para, assim, se constituir em território produtivo:

O território vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo de desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial. (MADER, 1995, p. 13).

Assim, percebe-se que o sertão como o contraponto às áreas ditas civilizadas, consideradas as mais desenvolvidas. No período colonial, a oposição é entre Sertão – lugar despovoado – e Litoral – lugar ocupado e civilizado. O sertão como um refúgio das raças: índios, negros, mestiços, brancos livres. No sertão, não se chegavam a lei e a ordem, porque tudo era movimento. As cidades se opunham a ele, porque eram fixas e seguras, conforme palavras de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa:

O sertão está movimentante o todo-tempo – salvo que o senhor não vê: é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos [...]Rodeando por terras tão longe: mas eu tinha raiva das grandes cidades que há, que eu desconhecia. Raiva – porque eu não era delas, produzido (ROSA, 1994, p. 474).

Pesquisas recentes têm demonstrado a inserção das áreas sertanejas baianas no complexo político e econômico montado pelo Império português (NEVES, 1998, 2007, 2011). Em seus estudos, as Vilas de Caetitê e de Rio de Contas ocupam lugar central dada as especificidades de sua ocupação e exploração econômicas a partir do século XVIII. A localização proporcionou ainda o desenvolvimento de um comércio razoável, em especial com os municípios da Chapada Diamantina, a exemplo de Lençóis e de Rio de Contas. Nas palavras do próprio João Gumes:

Caetité é no alto sertão da Bahia, um grande centro cultural, de irradiação civilizadora. Desde os tempos imperiais que a sua fama de “Princesa do Sertão” corre mundo, e bem haja a linda cidade que a soube manter e conservar através dos tempos, das agitações e da contagiosa decadência, que feriu de monte tantos centros principais de atividades e do comércio interior. Ainda hoje, Caetité é sobretudo uma cidade de distinta elegância social. A sua sociedade conhece melhor o Rio do que a Bahia. É a “Urbs” sertaneja onde o ambiente do conforto e da civilidade é mais distinto e fino, a que já firmou como o centro sertanejo por excelência da irradiação cultural (APENNA, 1925, p. 1).

João Gumes: um intelectual autodidata no sertão

Foi na cidade de Caetité que nasceu João Antônio dos Santos Gumes, em 10 de maio de 1858, e ali faleceu em 29 de abril de 1930. Homem de poucos recursos financeiros, participou ativamente da vida pública e cultural de sua terra natal. Autodidata, exerceu várias atividades ao longo da sua vida e desde cedo demonstrava certa inquietude e tendência para a escrita. Foi escrivão da Coletoria Geral, tesoureiro e secretário da Intendência, secretário da Câmara Municipal, advogado provisionado, professor, músico, tipógrafo, desenhista, dramaturgo, tradutor, escritor e jornalista (REIS, 2004).

Nas palavras de Maria da Conceição Souza Reis(2004), nascido e criado nos Altos Sertões do Estado da Bahia, de onde nunca saiu, João Gumes passou a ser um dos defensores da região e, desde muito jovem, abraçou como uma de suas principais causas, defender os direitos do homem sertanejo, especialmente daqueles que habitavam o denominado Alto Sertão. É com este fim que escreve o romance *Os Analfabetos*: “uma propaganda em favor da ‘alfabetização’ do nosso povo como meio seguro de melhorar a sua condição e torná-lo útil à prosperidade de sua terra.” Assunto este abordado tanto em sua produção literária quanto jornalística. Em *O Sampauleiro* encontra-se uma crítica às administrações públicas que, conhecedoras das crises climáticas que assolavam a região, não tomavam qualquer providências para evitar o êxodo do sertanejo para as grandes fazendas de São Paulo. Em *Os Analfabetos* denuncia as terríveis conseqüências do analfabetismo para os habitantes da região e *Vida Campestre* apresenta um retrato das dificuldades do pequeno agricultor, entre outros (LOBÃO, 1975).

Os registros sobre a sua trajetória ressaltam que a ideia de publicar um periódico sempre o perseguiu. Antes mesmo de o jornal *A Penna* vir à luz, já teria realizado a impressão de outras folhas que, todavia, não sobreviveram muito tempo. As dificuldades para elaboração, produção e circulação do jornal por vezes resultou em sua suspensão temporária. Porém, conseguiu driblar algumas delas e a folha que inicialmente era composta por apenas duas colunas foi sendo ampliada.

A escolha do nome, *A Penna*, parece ter tido origem na vontade do seu fundador em tornar a leitura imprescindível para o desenvolvimento educacional e, especialmente, colaborar para a divulgação da cultura nos sertões baianos. Joseni Pereira Meira Reis (2010), em sua dissertação, relaciona o interesse de Gumes pelo universo da escrita e a escolha sintomática do nome do seu jornal.

Em termos políticos, João Gumes se posicionava favoravelmente ao grupo relacionado à família Teixeira. Deocleciano Teixeira, pai do futuro educador Anísio Teixeira, havia ocupado o cargo de intendente (antigo prefeito) em Caetité e dominado a política na cidade até o final da década de 1920. As relações políticas entre Gumes e a família Teixeira eram bem próximas e isto ficava evidente nos artigos em defesa desse grupo, sobretudo, nas disputas que envolviam o governo central entre os candidatos JJ Seabra e Góes Calmon, este último apoiado pelos Teixeira.

Conforme assinala Joseni Reis (2010, p. 37) é possível que Gumes tivesse outras razões para esse apoio. De fato, um artigo publicado no jornal, intitulado *O Caso Gumes*, ele busca retratar-se perante a população diante de uma acusação anos antes de que teria desviado dinheiro público. Segundo afirma: “ao assumir a postura liberal, acabara provocando os desafetos políticos, sofrendo retaliações e perseguições por parte do grupo opositorista quando estava no poder”. Foi seu advogado na causa Anísio Teixeira, filho de Deocleciano Teixeira, sendo que este interferira junto aos poderes públicos em relação ao caso, tendo, mais tarde, agraciado Gumes com alguns cargos públicos na cidade. Talvez, em razão disso,

o periódico sempre que podia, enaltecia “[...] a respeitável personalidade do Dr. Deocleciano Pires Teixeira, um dos mais acatados membros da comissão executiva do Partido Republicano da Bahia” (*A PENNA*, 07.07.1928, p. 01).

Ao analisar sua produção escrita, Joseni Meira Reis afirma que “[...] as redes de sociabilidade funcionaram como uma das instâncias facilitadoras que contribuíram para a participação de Gumes nas culturas do escrito” (2010, p. 88-89). Assegura a autora que Gumes escrevia em conformidade com suas relações sociais e, efetivamente, o mesmo mantinha relações com as elites caetiteenses. Desta forma, essas relações faziam com que houvesse uma abertura para construir suas informações de acordo com o pensamento dessa elite com quem convivia. Embora não tivesse os mesmos recursos, João Gumes compartilhava do pensamento de certa elite “intelectualizada” e reforçava sua visão de mundo por meio dos seus escritos. Essa vinculação do jornal ocorria desde a sua criação, apesar de Gumes afirmar a independência do periódico.



Memória e República em *A Penna*

Toda sociedade assume positivamente aquilo que reforça sua ordenação, contribuindo de diversas maneiras para a sua reprodução. Cria expectativas e necessidades ao reforçar os ideais a que se pretende e o uso do discurso jornalístico, em geral, situa-se nesse lugar. Corresponde ao jornalista interpretar, criar uma sintonia em indivíduos e o sistema

de valores em que vive, e ao mesmo tempo colocar em evidências as lacunas e perigos que ameaçam as conquistas sociais, individuais e coletivas.

Nessa perspectiva, poder-se-ia dizer que o jornalista toma partido de uma visão de mundo e também contribui para cobrá-la a partir da referência construída por um determinado consenso social. E a noção contemporânea de Estado, definida pelos chamados Estados Nacionais se apropriou largamente no incentivo de instituições e meios como a imprensa para a construção de uma memória que reconhecesse a sua necessidade e razão de ser, de poder, por meio da criação de instituições móveis e imóveis como identificadoras da identidade de pessoas e de coletividades como a nação e os grupos que a referenciam. Nesse sentido, vamos nos deparar com veículos e instituições que visam a rupturas com o passado, e da construção cotidiana de referenciar noções sociais e políticas. Como afirma Maurício Halbwachs,

Toda memória coletiva tem um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológicos dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe de acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-se uns com os outros. É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças, feita a absorção das semelhanças, sem as quais todavia não haveria memória, uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. (1990, p. 86).

Assim, a memória e a história de uma nação, de um povo, região, local também pode ser lida por meio de textos jornalísticos que colocaram ao alcance da sociedade um conjunto de valores sociais e políticas publicadas continuamente, que certamente contribuiu para criar uma memória sobre esses valores, à medida que recebeu ou vivenciou por meio da transmissão, no caso, escrita cotidianamente.

De forma evidente ou não, o fato é que a memória (interior, pessoal, autobiográfica) se apoia na segunda (exterior, social e histórica) na concepção de Halbwachs, pois a história da vida de cada um se insere na história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. Para ele, a memória coletiva só é ativada se as memórias individuais estabelecerem os laços necessários. O autor diz que todos os indivíduos possuem memórias coletivas e individuais. Estas se inter-relacionam, porém não se misturam.

Sobre a memória histórica, Halbwachs afirma que ela se assemelha a um cemitério onde o espaço é medido e é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas (1990, p. 55). A memória é algo em permanente processo de transformação. Assim, assegura,

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (1990, p. 26).

Para ele, “Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória”. Assim, cada um de nós apropria-se da história e faz da memória dessa história social, coletiva, uma reconstrução do passado com a ajuda do presente.

Desta forma, os registros escritos, a exemplo das obras de memorialistas e, no caso em estudo, o jornal *A Penna*, ancorados nos postulados da exaltação de grandes nomes, grandes fatos, etc., se afirmam como um lugar de memória, que permanece vivo nas memórias coletivas e individuais. Revela-se na visão do seu proprietário, João Antônio dos Santos Gumes, sobre o passado de uma localidade sertaneja, e da sua perspectiva de futuro sobre os rumos da República que acabava de ser instituída.

O discurso republicano, chamado modernizador e progressista, já estava presente no cotidiano de Caetité, através de *A Penna*. Inúmeros são os editoriais que incitam a necessidade da modernidade e do progresso já em curso nas grandes cidades brasileiras. Percebe-se nos discursos do jornal a busca por uma educação modernizada, numa cruzada

pelo fim do analfabetismo, a campanha para a criação de escolas. A implantação do novo regime acentuou as crenças de João Gumes no desejado progresso para as áreas sertanejas, pelo menos até que o desenrolar dos acontecimentos frustrasse as suas expectativas. As alterações políticas e econômicas eram acompanhadas com interesse pelo jornal *A Penna*.

Esses ideais ditos modernos, extremamente ligados aos conceitos de progresso e civilização, davam novos contornos ao panorama mundial, em especial pelo advento das conquistas da ciência e da técnica. Os avanços tecnológicos são sentidos na medicina, na física, nos mistérios do inconsciente. O Brasil, ou parte dele, palpitava nesse cenário que parecia promissor. O sentido de entrar para o rol das chamadas nações civilizadas e progressistas era crucial. No entanto, esquecia-se de bolsões de atraso e miséria.

Desse modo, a despeito das alterações vivenciadas pelo país, muitas das antigas práticas permaneceram nos sertões com a manutenção da política oligárquica e do coronelismo (VISCARDI, 2001, p. 11). Este distanciamento entre uma perspectiva de melhoria das condições de vida da população e a permanência das mesmas colocou a República em xeque. João Gumes situa-se no interior de uma elite letrada que demonstra sua total insatisfação perante a não concretização dos ideais democráticos ansiados há muito tempo. Sentia-se ludibriado “[...] por uma tirania ominosa e mendaz que se mascara irrisoriamente com o nome de República” (A PENNA, 12.04.1919, p. 01). Para ele, o desinteresse das autoridades pelas lamentações do povo estava na base da própria instalação da República que não teria sido almejada pelo povo, mas brotara dos quartéis e os Generais e Marechais pareciam não entender dos anseios populares.

O 15 de Novembro foi obra de despeito e, forçoso é confessar, não foi feito pelo povo. O grande abalo produzido, as primeiras medidas tomadas no sentido de assegurar o novo regime, a começar pela deturpação do sistema eleitoral; o império do militarismo; as tentativas de restauração por parte dos partidos pretéritos, tudo concorreu para que o povo, o pobre povo, não participou das mudanças. Esmagado o patriotismo até o germen, o que resta? A indiferença das massas populares, a obliteração de todas as conquistas liberais que vinham fazendo, a exploração das oligarquias, a mentira eleitoral; enfim os governos dos estados de sítio, dos gastos imoderados, do descrédito (A PENNA, 18.11.1915, p. 01).

Considerações finais

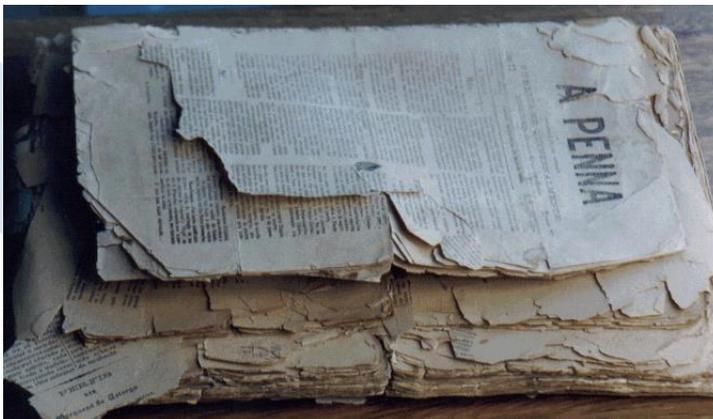
João Gumes vivenciou uma época de intensas transformações. Ele se auto-definia como um “abolicionista, liberal e republicano”. Seu pensamento vincula-se a uma matriz ideológica que adquiriu consistência ao longo do século XIX em decorrência das transformações políticas e econômicas no mundo Ocidental. Poucos anos após a proclamação da República, ele parecia constatar que o tão sonhado progresso para as áreas sertanejas estava longe de ser conquistado.

Este era o sertão de João Gumes: uma terra plena de riquezas inexploradas não pela crueza do seu solo e da sua gente, mas sim pela absoluta falta de atenção daqueles que seriam responsáveis pela construção da nação. As potencialidades do sertão foram constantemente lembradas por ele.

A Penna propagava a sua visão de nação ideal, aquela na qual as populações sertanejas deveriam estar integradas. Em outras palavras, a categoria *sertão* era essencial para o entendimento da *nação*. Nesse sentido, as suas expectativas políticas em relação à República foram altamente positivas. O periódico, entre outros escritos, foi a maneira pela qual construiu uma memória de República, àquela na qual todos os habitantes do país teriam pleno direito ao exercício político e às condições dignas de vida, especialmente os habitantes dos sertões esquecidos desde os tempos coloniais. É esta memória que ele busca manter viva por meio das suas produções literárias e jornalísticas de modo a assegurar que a implementação da nação republicana, como sinônimo de avanço, progresso e de civilização, tal como foi idealizada, ainda estaria por ser concretizada.

Em relação ao conceito de memória vale destacar que a memória coletiva não somente rememora, mas exclui, seleciona, silencia, possui plasticidade. O estado de conservação de alguns jornais *A Penna*, por exemplo, tem a ver com questões de conservação da memória se levarmos em consideração o artefato físico que preserva a memória da imprensa do interior baiano de uma localidade específica, mas também tem a ver com as reverberações de um passado distante que por vezes é silenciado socialmente. Uma massa consistente de lembranças não é constituída de apenas um indivíduo, mas de movimentos

de rememoração contínuos instaurados a partir de esforços de rememoração. Para que não se deixe de recordar e de fazer com que esteja viva a memória de Antonio dos Santos Gumes este texto foi escrito. Desse modo, nem texto nem memória são conceitos autosuficientes visto que estão enovelados por um exterior constituinte.



HISTORY, MEMORY, EDUCATION, AND BACKLANDS IN THE NEWSPAPER *A PENNA* (BAHIA, 1897-1930)

ABSTRACT: The present paper aims to undertake quantitative-oriented descriptive reflections about cultural diffusion from the journal *The Penna* (1897-1930) considering placements of João Antônio dos Santos Edged, owner of the journal mentioned. So search, highlight its importance as a diffuser of culture among the inhabitants of a country town in the late 19th century. Thereby, we discuss how their positions in the paper made it possible to create a place of memory about the past of this location while claiming their future perspective on the direction of the Republic that had just been established.

KEYWORDS: History; Memory; Educacion; *A Penna*; Caetité-Bahia; João Gomes.

REFERÊNCIAS

ESTRELA, Ely Souza. *Sampauleiros*. Cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas, 2003.

GUMES, João. *Os Analfabetos*. Bahia: Escola Typographica Salesiana, 1928. _____. *O Sampauleiro*. Caetité. Vol I. Salvador: Typographia d' A Penna, 1922.

- _____. *O Sampauleiro*. Caetité. Vol. II. Salvador: Typographia d' A Penna, 1932.
- GUMES, Marieta Lobão. *Caetité e o Clã dos Neves*. Salvador, Mensageiro da Fé, 1975.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Laurent León Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1990.
- MADER, Maria Elisa Noronha. *Civilização e Barbárie: A representação da nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai*. 2006. 235f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Caminhos do Sertão: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.
- _____. (Org.). *Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural*. Salvador: Arcádia, 2011.
- _____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo da história regional e local)*. Salvador: Ufba/Uefs, 1998.
- REIS, Joseni Pereira Meira. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso João Gumes (Caetité – BA, 1897 – 1928)*. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ROSA, Guimarães. *Grandes Sertões: Veredas*. Cidade: Nova Fronteira, 1994.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C. Arte. 2001.

Recebido em: 03/05/2018.

Aprovado em: 21/05/2018.